Organização Mundial do Comércio

DESAFIOS PÓS-BALI

EM 2001, no Qatar, começou a Rodada de Doha, com o escopo de diminuir as barreiras comerciais e focar o livre comércio. De um lado, as nações em desenvolvimento, como o Brasil, reivindicando menos subsídios. De outro, os países desenvolvidos, querendo a abertura de mercado para os seus produtos.

Desde meados da década passada, os preços do petróleo e das *commodities* agrícolas dispararam nas principais bolsas do mundo. Depois de décadas de choque na oferta, os alimentos passaram a ter choque de demanda. A China se tornou uma grande demandante, e outros países emergentes populosos seguiram o mesmo caminho.

Nesse contexto, o Brasil deu uma resposta, aumentando sua participação na oferta global de alimentos e biomassas. O País chegou à terceira posição de maior exportador, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia. Foram superados Canadá, Austrália e Índia.

As projeções são de crescimento na demanda de alimentos, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Junto à Organização das Nações Unidas (ONU), ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, a OMC é um dos principais organismos na política internacional. Não obstante, alguns movimentos fortes sinalizavam o risco de ela se tornar irrelevante como plataforma de negociação comercial, tais como:

• Os acordos da Associação Transpacífico (firmados entre os Estados Unidos e países da região da Ásia-Pacífico) e a Parceria Transatlântica (firmada entre os Estados Unidos e a União Europeia), com novas regras de comércio e investimentos.

• A posição firme da Índia de não abrir mão dos subsídios agrícolas. Em 2014, tal país iniciará um programa de distribuição de alimentos a baixo custo para mais de 800 milhões de pessoas. Em razão disso, os indianos não querem limitar os subsídios agrícolas a 10% de sua produção nacional, conforme as regras da OMC.

A discussão sobre a manutenção dos subsídios nas exportações de produtos agrícolas dos países ricos está pendente na agenda desde meados dos anos 80 e sequer foi levada para Bali, em 2013.

Fica a questão: o Brasil marcará sua posição de líder agrícola entre os países em desenvolvimento ou apenas de facilitador de consenso para a sobrevivência da OMC? ■

AS RODADAS MULTILATERAIS DE COMÉRCIO OCORRIDAS SOB O SISTEMA GATT-OMC

Rodadas de negociação	Período das negóciações	Países participantes
1947 – Formação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)		
Genebra	1947	23
Annecy	1949	13
Torquay	1950-51	38
Genebra	1955-56	26
Dillon	1960-61	26
Kennedy	1964-67	62
Tóquio	1973-79	102
Uruguai	1986-93	123
1995 – Cria-se a Organização Mundial do Comércio (OMC)		
Doha (Qatar)	2001 – suspensa em 2011	149
Acordo de Bali (continuidade de Doha)	2013	–

Fonte: MDIC

Investidas brasileiras

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), participou da 58ª Reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Genebra, na Suíça, no final de outubro de 2013.

Na oportunidade, o Brasil intensificou as ações contra as barreiras sanitárias e fitossanitárias aplicadas às exportações:

• De carne bovina, pelo Japão, China e África do Sul, em razão do caso atípico de encefalopatia espongiforme bovina (BSE, na sigla em inglês) que foi notificado à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). Após análise das informações técnicas fornecidas pelo Brasil, este organismo se posicionou favorável ao País.

• De carne de frango para Indonésia, apesar de o Brasil exportar este produto para mais de 170 países.

Além disso, foram realizadas negociações com a África do Sul, União Europeia, Taiwan, China e Turquia para remover barreiras injustificadas ao comércio.